

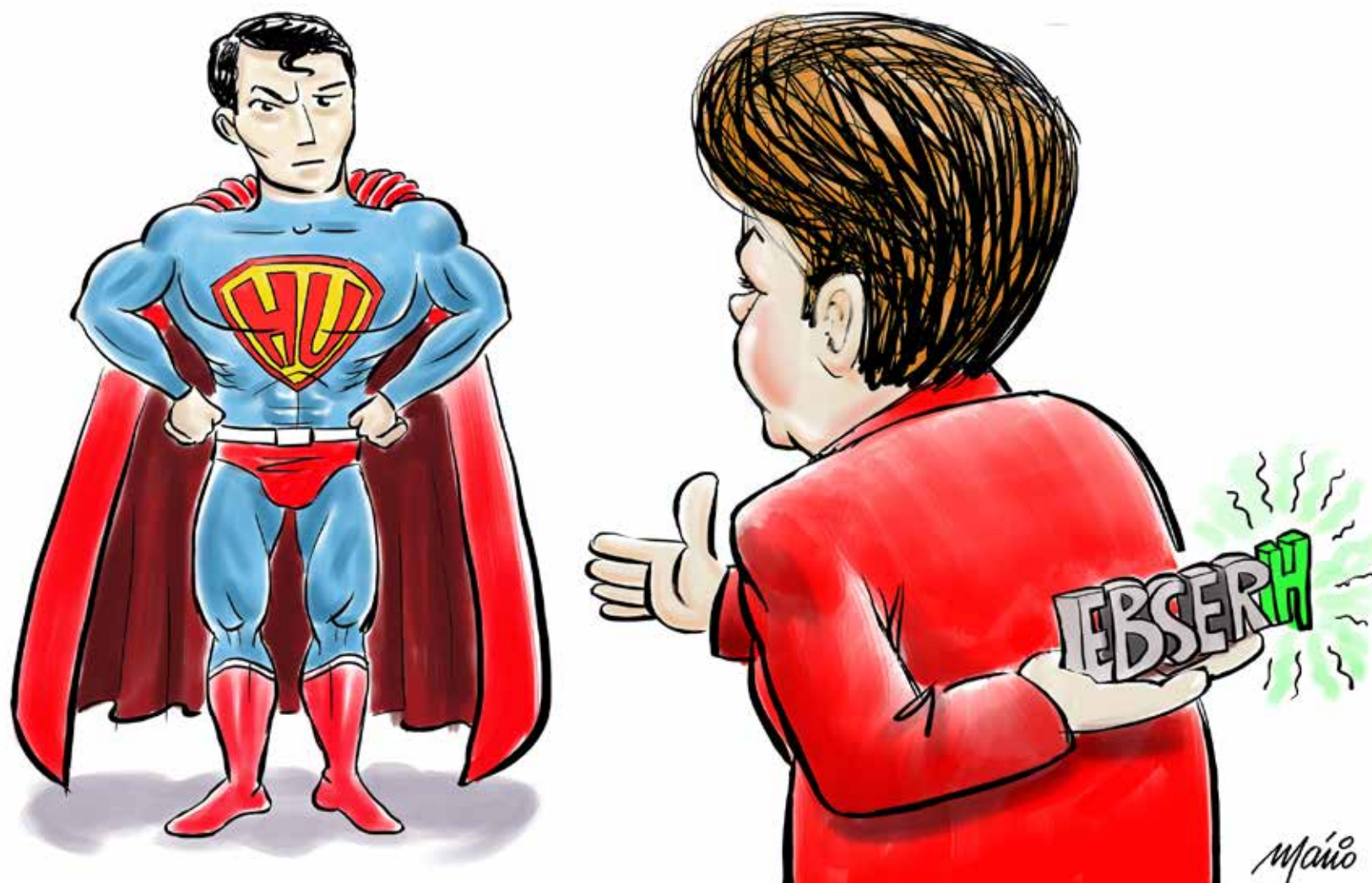
Jan/fev 2013

IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 9912255714  
ECT/DRIMG/CENTRO  
APESJF SSind. PUBLICAÇÕES

SINDICATO  
**ANDES**  
NACIONAL  
Central Sindical e Popular - CONSULTAS

## Comunidade do HU diz não à privatização

*Docentes esperam que CONSU ratifique a decisão, pág. 6*



**Vice-Presidente do ANDES fala ao TRAVESSIA, págs. 4 e 5**

**Professora do IAD-UFJF ganha repercussão nacional com documentário, pág. 7**

**Congresso do ANDES vai discutir lei de greve e campanha salarial, pág. 6**

**Mercadante agora quer conversar com ANDES, pág. 3**

**CUBA, sob pressão de décadas de embargo, com analfabetismo zero, pág. 2**

**ARTIGO**

**O Brasil precisa valorizar a vida de sua Juventude, pág. 2**

## Editorial

Entre os dias 4 e 9 de março deste ano, na cidade do Rio de Janeiro e organizado pela ADUFRJ-SSind, acontecerá o 32º Congresso do ANDES-SN, que terá como tema: “Sindicato Nacional na Luta pelo Projeto de Educação Pública e Condições de Trabalho”.

Docentes de todo o país se reunirão para, mais uma vez, discutir e avaliar a conjuntura, estabelecer a centralidade de nossas lutas e enfrentamentos do ano de 2013 e definir um conjunto de ações e agenda visando garantir a mobilização da categoria, que é o caminho para nossas conquistas.

O contexto em que ele irá acontecer é o da retomada das mobilizações em um conjunto significativo de categorias de trabalhadores que, em 2012, se consubstanciaram em expressivos movimentos grevistas, especialmente no serviço público.

A resposta do governo a esse movimento, no âmbito mais geral, foi imediata e se traduziu em tentar acelerar a tramitação do PLS 710/2011, de autoria do Senador do PSDB, Aluysio Nunes Ferreira, que, ao propor a regulamentação do exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do artigo 37 da Constituição Federal, na prática, o proíbe uma vez que impõe a ele severas restrições e regras.

Nossa reação a esse ataque do governo tem que ser incisiva e, junto com outras lutas no campo da ciência e tecnologia, seguridade social, política agrária, etnia, gênero e classe, constituem a pauta geral, a ser encaminhada de maneira articulada com o conjunto dos trabalhadores.

Especificamente em relação à nossa pauta, as discussões e deliberações do Congresso estarão diretamente ligadas ao trabalho docente, tendo como eixos a defesa do caráter público da educação, as condições de trabalho, salário, carreira, organização sindical e defesa do ANDES-SN.

Ainda no âmbito específico, a luta contra a implantação do modelo de gestão dos Hospitais Universitários representado pela EBSEH, mesmo que duramente questionado em seus aspectos legais pela própria Procuradoria Geral da República, que ajuizou no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei que a criou, ainda não terminou. Localmente, ainda aguardamos, por parte do CONSU, a confirmação do desejo da comunidade do HU/UFJF, cujos três segmentos rejeitaram a adesão de nossa Universidade à EBSEH.

Esse, portanto, é o momento em que, a partir das discussões e deliberações do 32º Congresso do ANDES-SN, os docentes devem se manter mobilizados e prontos para encaminhar suas lutas em 2013, reafirmando a democracia e autonomia do Movimento Docente e seu engajamento na construção de um projeto de sociedade em que as necessidades do homem não estejam subjugadas aos interesses do capital.

**A Diretoria**

## CUBA, sob a pressão de décadas de embargo, com analfabetismo zero

Desde de 1961, quando militares treinados pelos Estados Unidos tentaram derrubar o governo de Fidel Castro, o bloqueio econômico a Cuba, imposto pelos estadunidenses, vem prejudicando a ilha e seu povo que, atualmente se esforça, com sucesso crescente, em fazer do turismo a saída econômica para a situação. Enquanto ditaduras como a da Arábia Saudita, importante aliada dos EUA, entre outras, recebem o total apoio americano, Cuba continua sofrendo tais sanções, que apesar de pesadas e prejudiciais ao seu povo, não conseguiram curvar o regime. Atualmente o país exibe seus melhores êxitos no campo social, tendo conseguido eliminar o analfabetismo, implementar um sistema de saúde público e universal, diminuir significativamente as taxas de mortalidade infantil e reduzir o índice de desemprego. Se problemas como a falta de liberdade política ainda persistem e são alvos de críticas de todos os lados, problemas crônicos de países capitalistas como saúde, educação, saneamento e mortalidade infantil foram há décadas superados.

Especificamente na área da educação, são 63 universidades públicas que atendem uma população menor que a da cidade de São Paulo, pouco mais de 11 milhões de habitantes, com dados de 2009. A direção governamental é colocar cada vez mais estudantes nos ensinos técnicos, dado o grande número de graduados, quantidade mais que suficiente para o atendimento das necessidades da população.

Quanto ao ensino básico, é obrigatório a todos os habitantes até o nono ano. Após uma campanha nacional em 1961, o país foi o primeiro no mundo a erradicar o analfabetismo. Dados da UNESCO apontam que resultados de testes de avaliação de estudantes latino-americanos, colocam Cuba na liderança, por larga margem de vantagem, nos resultados obtidos pelas terceiras e quartas séries em matemática e compreensão de linguagem.

No momento de sua independência, Cuba se viu acuada pela potência americana e aprovou em sua constituição a possibilidade de intervenção dos EUA em sua política interna. No início do século XX, Cuba se transformou numa espécie de “ilha dos prazeres” dos turistas americanos, quando foi armada uma grande infra estrutura voltada para os visitantes estrangeiros, enquanto a população amargava altos índices de desemprego, analfabetismo entre muitos problemas, como corrupção governamental, os muitos cassinos e tráfico de drogas.

A revolução cubana hoje é apoiada pela população mais velha, que conseguiu a perspectiva histórica e consegue analisar os ganhos obtidos com o fim do quintal americano e a fundação de uma nação, encontrando resistência entre os mais jovens que assistem às novelas brasileiras e sonham com o paraíso capitalista.

Enquanto isso, o gigante latino americano, sexta ou sétima economia do mundo (depende da crise na europa) amarga ainda altos índices de analfabetismo total e funcional, propalando a existência de uma propensa liberdade política, como único argumento para amenizar uma situação difícil. O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação).

Os índices indicam que talvez precisemos de uma revolução.

## Expediente

**O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora APESJF/SSind.**

Presidente: Paulo César de Souza Ignácio (IF Sudeste MG/JF) / Vice-presidente: Agostinho Beggelli (João XIII) / Secretária Geral: Clarice Cassab (ICH) / 1ª Secretária: Zuleyca Maria Lessa Pacheco (Enfermagem) / 2ª Secretária: Amanda Pinheiro (IF Sudeste MG/JF) / 1º Tesoureiro: Joacir Teixeira de Melo (ICH) / 2ª Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo (Aposentada)

Redação e diagramação: Daniel Goulart/Estagiário: Bruno Stephan / Projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart Reg. 6083 DRTMG I Tiragem: 1.600 / Sede da APESJF/SSind: Campus da UFJF, Bairro Martelos, CEP: 36036-900 / Tel/FAX: (32) 3215 1286 / Homepage: www.apes.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

## Mercadante agora quer conversar

Em reunião com diretores do ANDES-SN, em 15 de janeiro, o ministro da Educação, Aloízo Mercadante, reconheceu a necessidade de estabelecer uma agenda de reuniões com o Sindicato Nacional para tratar da pauta apresentada pela entidade, incluindo questões referentes à carreira docente e condições de trabalho nas Instituições Federais de Ensino (IFE).

Para Agostinho Beghelli, Vice-Presidente da APESJF a abertura do diálogo é importante, no entanto, ele ressalta que há algum tempo, o MEC tem assumido papel de coadjuvante na negociação com o governo e que quem realmente bate o martelo é o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG). “No meu entendimento não devemos baixar a guarda pensando que estas reuniões possam levar o governo a efetivamente abrir um novo canal de negociações com a categoria. Para colhermos algum fruto advindo destas reuniões com o MEC, necessitamos manter um alto grau de mobilização da categoria docente, tal como tivemos na nossa última greve”.



**Professor Beghelli**

Beghelli ressalta que essa possibilidade de abertura de diálogo tem sua importância porque demonstra o fato do MEC reconhecer a importância e legitimidade do ANDES-SN como representante dos professores do Ensino Superior de da EBTT. “Isso fortalece nosso sindicato e aumenta nossa responsabilidade coletiva e individual de nos mantermos atentos aos rumos postos por este novo cenário”.

Ele reafirma ainda a necessidade de, no próximo Congresso do Sindicato, em Março de 2013, dos docentes avaliarem quais as reais intenções do governo federal no que concerne à implementação de mudanças que possam atender às duas mais importantes reivindicações da categoria: reestruturação da carreira docente e melhoria condições de trabalho.

## ANDES ressaltou insatisfação dos docentes

No encontro, a presidente do ANDES-SN, Marinalva Oliveira, apontou que a promulgação da Lei 12.772/2012 não encerra a discussão da reestruturação da carreira docente e nem acaba com diversos problemas nas instituições denunciadas pelo movimento docente, muitos dos quais inclusive levaram à paralisação que durou mais de quatro meses.

“Suspendemos a greve do ano passado, mas a categoria compreende que nenhum dos dois pontos centrais do movimento foi atendido. O fato de o ministro Mercadante assumir que precisa ter interlocução com o ANDES-SN sobre essas questões mostra que o MEC reconhece a importância e a legitimidade do Sindicato Nacional e a força do movimento docente”, registrou Marinalva.

Os diretores do ANDES-SN ressaltaram ainda durante a reunião que, com a implementação da Lei que altera da carreira docente, os professores perceberão que muitos dos problemas permanecem.

“Para isso, solicitamos uma agenda de discussões para resolver essas pendências”, explicou a presidente do Sindicato Nacional.

Além da carreira docente, o ANDES-SN apontou também a necessidade de discutir a agenda para concursos públicos, avaliação institucional, política de pesquisa nas IFE e a relação com as agências reguladoras (Capes e CNPq), infraestrutura nos Campi, biossegurança, gestão democrática, assédio moral e eleição para reitor, entre outros.

## Não deu na imprensa

### Mobilizações em 17 de abril

Depois da trégua de fim de ano, sindicatos de trabalhadores, unificados na CONLUTAS preparam uma série de mobilizações e protestos para o dia 17 de abril. Acompanhe as Bandeiras de 17 de abril:

- Contra o ACE (Acordo Coletivo Especial): direitos não se negociam, contra a precarização do trabalho;
- Defesa da aposentadoria e da previdência pública: não ao fator previdenciário e anulação da reforma da previdência de 2003;
- Aumento geral de salários;
- Adoção imediata da convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho);
- Redução da jornada de trabalho sem redução salarial;
- Em defesa dos(as) servidores(as) públicos(as);
- Em defesa da educação e saúde públicas;
- Em defesa do direito à moradia digna, terra pra quem nela trabalha, reforma agrária já, respeito aos quilombolas e povos indígenas;
- Contra as privatizações: defesa do patrimônio e dos recursos naturais do Brasil;
- Contra o novo código florestal, em defesa do meio ambiente;
- Contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais;
- Contra toda forma de discriminação e opressão.

### Fórum dos SPFs protocola Pauta de reivindicações

Dando início à Campanha Unificada 2013, representantes dos sindicatos que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais protocolaram em 22 de janeiro a pauta de reivindicações do funcionalismo federal.

O documento foi entregue no Ministério do Planejamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), na Casa Civil da Presidência da República, no Senado e na Câmara dos Deputados.

O Fórum dos SPF, que reúne 28 entidades e 3 centrais sindicais, já definiu um calendário de atividades para o primeiro semestre de 2013.

### Assentamento Milton Santos resiste

O Tribunal Regional Federal da 3ª região (TRF-3) determinou, na noite de terça-feira, 29/01, a suspensão da reintegração da área onde está o assentamento Milton Santos, entre as cidades de Americana e Cosmópolis, no interior de São Paulo. A decisão da Justiça ocorreu com base em recurso suspensivo impetrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr).

Nas últimas semanas o país assistido, de modo mais intenso, a luta incansável de 68 famílias do assentamento Milton Santos pela defesa do território conquistado há cerca de 7 anos, hoje na mira do Judiciário.

A área onde foi implementado o assentamento, o sítio Boa Vista, foi desapropriada e repassada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ainda na década de 1970 (à época, INPS), que a arrecadou como parte do pagamento de dívidas acumuladas pelos antigos proprietários. A área que servia para produção de cana-de-açúcar, no entanto, continuou a ser explorada irregularmente pela Usina Ester até pelo menos o ano de 2005, quando a posse foi repassada ao Incra, que conduziu à área as famílias que vinham de uma trajetória de lutas pela terra. A partir de então, teve início o processo de implementação do assentamento das 68 famílias que, hoje, vivem e produzem alimentos para toda aquela região.

Desde que perdeu a área, ainda na década de 1970, a família Abdalla vem tentando vencer uma disputa judicial. E, em julho de 2012, as famílias do assentamento Milton Santos passaram a conviver com o risco concreto do despejo, quando os proprietários obtiveram uma vitória na Justiça. No final do mesmo ano, esta situação se agudizou e deu início a um processo de lutas mais acirrado, que ganhou ainda mais fôlego quando, em 9 de janeiro de 2013, o desembargador federal, Luiz Stefanini, expediu a ordem de despejo dos assentados.

A única medida capaz de reverter este quadro é a desapropriação por interesse social, que só pode ser tomada pela Presidenta da República e contra a qual não há recurso

Com informações do MST



**Reunião do ANDES com Ministro Mercadante**



# “O ANDES conclama todos os docentes à manutenção da

## Quais foram as principais modificações no texto aprovado pelo Congresso Nacional?

Durante toda esta tramitação, as alterações, levadas a toque de caixa, foram mínimas em relação ao PL original enviado pelo Poder Executivo: as únicas diferenças (salvo diferenças em alguns poucos valores internos em tabelas) são as seguintes: 1- na ementa foi incluída a citação das leis que altera; 2- no parágrafo 4 do artigo 12, ao final, foi incluído “cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.” 3- no parágrafo 4 do artigo 14, ao final, a mesma inclusão anterior. 4- Inclusão de novo inciso e novo parágrafo no artigo 21 sobre a DE: “XI- retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994”. Parágrafo 3º O pagamento da retribuição pecuniária de que trata o inciso XI do caput será divulgado na forma do

grave é que a mesma Lei faz a migração dos cargos de titular preexistentes em direção opostas: os da carreira do magistério superior passam a ser de titular da carreira e os da carreira EBTT passam a ser de titular livre. Note-se que a figura de titular livre criado para a carreira EBTT é considerada um cargo de nível superior.

## Quais são as mudanças para os docentes na carreira de EBTT?

Na carreira de EBTT, como do magistério superior, a partir da vigência da Lei o ingresso somente poderá ser feito no nível inicial da primeira classe, independentemente da titulação e agora o interstício para evoluir volta a ser de 24 meses, condicionado a avaliação de desempenho. Isto é, da situação anterior que previa 17 níveis somando todas as classes com interstício de 18 meses, agora teremos 13 níveis com interstício de 24 meses.

As regras em relação à formação continuada também se modificam. Fica clara a exigência de titulação para ingresso nas classes, mas o salto para os

A resultante é que colegas de trabalho receberão percentual remuneratório diferentes, uns dos outros, relacionados com o mesmo regime de trabalho e a mesma titulação. E também colegas, depois de dois anos de trabalho e avaliação para dar mais um passo na carreira podem obter apenas uma diferença remuneratória menor do que um por cento (passando de assistente 1 para assistente 2), ou obter um salto próximo a 30% (passando de adjunto 4 para associado 1).

Além do mais, a valorização salarial relacionada com a titulação, questão intrínseca ao trabalho docente, é mantida fora do vencimento, como uma gratificação que chega a representar quase dois terços da remuneração total em alguns casos. Isto é, a parcela que significa real patrimônio da posição do docente na carreira é secundária à gratificação.

Outro elemento ambíguo introduzido pela nova Lei é a concomitância de dois tipos de professor titular, um na carreira e outro como cargo isolado. Mais

art. 4º A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, abrindo com isso mais frente de desqualificação do regime de DE e de afronta à autonomia universitária, pois a regulamentação da participação em projeto como colaboração esporádica era da alçada da própria IFE. 5- no artigo 41, que modifica o parágrafo 4 do artigo 10 da Lei 11.091 (sobre o anexo III do PCCTAE que rege os técnico-administrativos), há retificação da redação para “parágrafo 4º No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo III, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e a carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vedado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas aula.” 6- no artigo 42, desaparece a proposta de nova redação para o parágrafo terceiro da Lei 11.892, que constava no PL; 7- A Lei inclui artigo novo em relação ao PL, que recebeu o número 48 e altera o parágrafo 3º do artigo 1º da Lei 8.168, sobre possibilidade de nomeação de cargos de direção e FG, não pertencentes aos quadros em até 10%, admitindo nomeação de aposentados. 8- no artigo 50 (nova numeração), é revogado o artigo 4 da Lei 12.677, que não constava no PL.

Em síntese, apesar de todas as razões em contrário e toda a luta dos docentes, o texto da Lei 12.772/12 é essencialmente o texto do PL do governo rejeitado por várias vezes nas assembleias gerais dos docentes em todo o país.

## Quais são os elementos destruturantes da carreira docente nas IFES?

Esta lei consolida vários movimentos destruturantes que foram praticados nas últimas duas décadas, limitando-se a criar figuras cuja quantificação é remetida para números, desordenados, constantes em tabelas anexas. Há omissão completa de conceitos que definam critérios em relação ao ritmo de evolução, os intervalos entre níveis e classes, em relação aos regimes de trabalho e em relação à titulação. Estes conceitos do ponto de vista dos professores são aquilo que chamamos de critérios constitutivos de direitos estáveis e do ponto de vista da instituição são valores em torno dos quais se motiva o trabalho docente e, a partir daí, o seu futuro.

## O Vice-Presidente fala ao TRAVESSIA sobre o projeto de lei pelo governo federal das alterações salariais, a desestruturação dos, as ambiguidades firmadas com uma entidade e também os caminhos de luta do Congresso do ANDES-SN

ingressantes portadores de títulos somente poderá ocorrer após o estágio probatório. Foi criada a figura do reconhecimento de saberes e competências que pretender formular um método para permitir um upgrade com fins da Retribuição por Titulação, mas não para promoção. Além da confusão conceitual criada, o assunto ainda permanece na penumbra, na dependência de um conselho nacional previsto na Lei para tratar do assunto.

A respeito da EBTT é bom lembrar que foram preciso mais de 4 anos para o governo, finalmente no último mês de janeiro, baixar a portaria sobre a evolução na carreira de 2008. Portaria esta que veio tardiamente legalizar as progressões e promoções já efetivadas na maioria dos casos em decorrência da luta do movimento tanto pela via administrativa como judicial.

## Qual é a extensão das perdas salariais advindas do projeto? Foi um golpe midiático o anúncio de 40% de aumento?

Dois golpes ao mesmo tempo e isto ficou bem demonstrado quando o movimento docente, por decisão das suas assembleias, decidiu apresentar uma contraproposta emergencial que demonstrou ser possível estruturar a carreira dentro dos rebaixados limites de piso e teto impostos pelo governo.

O primeiro jogo retórico diz respeito ao patamar remuneratório propriamente dito, que expressa o percentual linha a linha comparativamente à situação salarial anterior. O segundo diz respeito às parcelas subtraídas dos professores a cada passo da desestruturação, cuidadosamente urdidos com o objetivo muito claro de diminuir o impacto (montante de recursos que vai globalmente para o bolso da categoria), isto é, rifando parcelas da categoria. Note-se que o governo manteve na Lei os efeitos de três modificações anteriores que foram um verdadeiro saque, atentado a direitos adquiridos: 1) a criação

## InformAPES

### APESJF pede que IF Sudeste MG retire proposta produtivista para progressão

A novela da progressão dentro da carreira de EBTT, que se iniciou com as modificações impostas pelo governo em 2008, seguida da falta de regulamentação da questão, parecia ter chegado a um termo após a publicação do Decreto nº 7.806/2012 e da Portaria MEC nº 18/2013. No entanto, mais um capítulo se inicia com a publicação da proposta de “Critérios específicos para avaliação de desempenho para progressão funcional da carreira de professor de ensino básico, técnico e tecnológico no âmbito do IF Sudeste MG”, ora submetida à Consulta Pública pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do IF Sudeste MG. Após tomar conhecimento do documento, a direção da APESJF enviou ofício à Comissão pedindo a retirada dessa proposição e uma audiência em caráter de urgência, que foi acatada e se realizará na segunda feira dia 04 de fevereiro às 9h, no Campus JF.

A avaliação é de que “tal proposta apresenta, em sua essência, algo que esse Movimento Docente sempre repudiou de forma veemente, (...) que é o estabelecimento de um sistema de pontuação o qual, ao final, irá penalizar o professor por ações que ultrapassam suas possibilidades de escolha, criando uma espécie de ‘ranqueamento’, que estimula disputas entre pares e em condições desiguais, ao contrário de promover ações colaborativas e interdisciplinares”.

No documento, a APESJF informa que, em várias oportunidades, o princípio da avaliação docente foi defendido pelo Sindicato Nacional, constando inclusive da proposta de Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal, do ANDES-SN, atualizada e consolidada em seu 30º Congresso. No entanto, a APESJF aponta que o teor produtivista constante da proposta do IF Sudeste MG é um retrocesso e reivindica que se continue a adotar os procedimentos institucionais utilizados até então que em nada infringem as normas em vigor, com exceção da avaliação discente.

# a mobilização”

**nte do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, sobre as mudanças na carreira impostas aos docentes das IFE. Explica as perdas na carreira, o prejuízo aos aposentados e as incongruências resultantes um acordo que não representativa. Ele aponta também que serão discutidos no próximo con-**

de uma classe inteira com seus 4 níveis, entre adjunto 4 e titular; 2) o estabelecimento de um fosso remuneratório entre adjunto 4 e associado 1 e este fosso se mantém a ponto de ser percentualmente superior a todos os níveis de uma classe, isto é, mantém ali oculta a classe de sênior; 3) a desvalorização do vencimento básico comparativamente a remuneração por titulação, esta tratada como uma gratificação e portanto excluindo o valor da titulação para a base de cálculo de várias vantagens legais, como anuênios, insalubridade, periculosidade, etc. É preciso considerar também a espada que fica sobre esta parcela remuneratória transformada em gratificação diante dos novos limites à aposentadoria com a entrada em vigor do Funpresp.

O governo e o Proifes apresentam, a favor de sua retórica falaciosa, percentuais apicados sobre valores nominais e omitindo o período compreendido, isto é, desprezando ou subestimando a inflação. Ora, o último reajuste, tido como tal, ocorreu em julho de 2010 e agora a projeção está dividida em três parcelas anuais, até 2015. Neste intervalo tivemos apenas os 4% de março de 2012 como um pequeno ajuste. Assim, levando-se em conta a corrosão já havida desde 2010 e a projetada até 2015, podemos afirmar que ao final desse período o poder aquisitivo da maioria dos docentes perderá da inflação.

## O que o PL prevê para os professores que estão ingressando na carreira?

Podemos dizer que o PL é particularmente depreciativo para os professores novos e para os professores aposentados.

A proposta do movimento docente previa o ingresso no início em uma carreira horizontal, não estratificada verticalmente e com o piso valorizado. O governo impôs o ingresso exclusivamente no início da carreira, com piso salarial extremamente baixo, em uma carreira composta por classes, inominadas

no caso da EBTT ou nominadas no caso do Magistério Superior, na qual todos, independentemente da titulação, entrarão como auxiliar. Para fugir da contradição conceitual evidente flexibilizou, após muitas discussões, criando a possibilidade aos portadores de títulos de pós graduação concorrerem à aceleração, porém somente depois de cumprido todo o período de estágio probatório. Assim, mesmo sem estar claro o que significa “concorrerão”, quem ingressar portando título de doutor permanecerá durante três anos na situação inicial.

Aqui há uma polêmica que foi reforçada pela Nota Técnica expedida pelo MEC nesta semana. Muitos concursos realizados para a segunda classe, exigindo o título de mestre, e para a terceira classe, exigindo o título de doutor, estão em plena validade e geraram direitos. No entanto, o MEC orienta a contratação de todos esses, após a entrada da Lei em vigência, no primeiro nível da primeira classe.

Para os ingressantes é muito importante a definição dos critérios de progressão e promoção, além do que está na Lei, pois refletirá em toda a sua vida profissional. Por isso é preciso ficar atento e lutar para que a autonomia universitária seja respeitada e que o desenvolvimento na carreira seja definido no âmbito institucional, considerando a contextualização histórica, as condições concretas em que se dá o trabalho docente, as diversidades de práticas acadêmicas e características de cada área do conhecimento. Isto valorizando de forma equilibrada a experiência acadêmica, a formação continuada e a avaliação do desenvolvimento do plano de trabalho discutido no espaço colegiado de lotação de cada professor.

## O PL mantém a discriminação em relação aos aposentados? De que forma?

As aposentadorias e pensões representam uma parcela importante da folha de pagamen-

tos dos docentes federais e tem sido alvo prioritário das modificações anteriores da carreira, como que produzindo uma minirreforma da previdência escamoteada para retirar direitos dos aposentados docentes, em sua grande maioria aposentados no penúltimo nível da carreira, trancados durante muitos anos em adjunto 4, em geral especialistas ou mestres, já que as valorização/possibilidade de pós graduação se davam em outra realidade quando se aposentaram. Chegou a ser dito nas mesas com o governo que estava sendo produzida uma burla ao princípio constitucional o que foi indiretamente admitido pelos representantes oficiais.

## “Mais do que ninguém, o ANDES-SN buscou a negociação em todo esse processo. Desde 2010, as propostas, o protagonismo, as iniciativas, inclusive metodológicas, nas relações com o governo foram do Sindicato Nacional”

A criação da classe de associado, com os seus 4 níveis, entre o adjunto 4 e o titular, inacessível aos aposentados, diz bem a intencionalidade posta para rebaixá-los. Isto foi agravado embutindo um fosso remuneratório entre adjunto 4 e associado 1, que representa que 30%, sendo sozinho maior do que uma classe inteira, ou vale dizer, a classe de sênior que está ali disfarçada. Depois de todas as pressões do movimento docente, a nova Lei retrocede do total 17 níveis para 13, porém, novamente revelando a intenção de manter reprimida a remuneração dos aposentados, opera retirando dois níveis de auxiliar e dois níveis de adjunto, portanto abaixo, mantendo a posição distanciada do topo da carreira para a qual já haviam sido empurrados.

A transferência da titulação para fora do vencimento e a priorização remuneratória na RT e não no VB é dramática para os aposentados, não só porque o percentual de doutores é menor, mas porque a principal valorização de toda uma vida profissional se deu por meio dos anuênios, que agora passam a ser calculados sobre uma base bem menor, a parcela mais reprimida da remuneração.

Estas são razões para continuar lutando por uma linha no contracheque, incorporando a gratificação ao vencimento básico e por steps constantes. Estas duas medidas seriam suficientes para reduzir bastante os prejuízos intencionalmente impostos aos aposentados. Mas, além disso, para que se faça justiça será preciso um reenquadramento dos aposentados de maneira que a posição relativa ao topo no momento da aposentadoria seja mantida.

## Qual será o próximo passo do ANDES-SN?

Compreendemos que a carreira docente é constitutiva das relações do docente com a instituição que ele constrói, portanto ela é parte da universidade pública que nós queremos construir neste país, que exige dedicação integral de uma vida ao projeto acadêmico.

Para isso, nós precisamos de uma carreira constitutiva de direitos, os quais possam ser percebidos pelos docentes enquanto critérios e conceitos permanentes. Portanto, na nossa concepção, a intervenção pela carreira não pode ser conjuntural e faz parte da luta maior pelo Ensino Público de Qualidade e pelo projeto de Educação Pública que pretendemos.

Em termos práticos, o ANDES-SN segue buscando o espaço de negociação com todos os interlocutores, a partir da mobilização da categoria. Tínhamos uma pauta em 2012 e a tática apontada no ano passado continua sinalizada para esse ano e deve ser deliberada em nosso congresso, em março no Rio de Janeiro.

Continuamos a luta pela reconstrução da Universidade Brasileira, especialmente no que tange às mazelas e à precarização das condições de trabalho que estamos vivendo. A luta se faz numa via de mão dupla, com negociação e pressão, que tem que vir de baixo para cima. Ou seja, intervenção da base, com a construção de pautas locais. Seguimos também com a negociação nacional, envolvendo todos os atores do Executivo e do Congresso nacional.

Mais do que ninguém, o ANDES-SN buscou a negociação em todo esse processo. Desde 2010, as propostas, o protagonismo, as iniciativas, inclusive metodológicas, nas relações com o governo foram do Sindicato Nacional.

A organização da categoria docente e a unificação

da luta em defesa da educação pública ganharam muita consistência com a mobilização do ano passado e creio que devemos também construir neste uma agenda unificada dos três setores (docentes, técnico-administrativos e estudantes) para reconstruir as IFE desse país.

Há uma diferença de motivação e de finalidade, uma divergência de projeto.

Desde a época da ditadura, com o acordo MEC/Usaid, vem se tentando implementar um modelo de Universidade que sirva ao mercado, que tem a educação como mero insumo do Capital. Mas o projeto não foi implementado em sua totalidade. Em 1980, veio o projeto Geres e na década de 90, as Fundações de Apoio. Agora, mesmo com a aprovação da Lei, as alterações ainda estão longe do que pretendia o governo com o projeto apresentado no segundo semestre de 2010. Por isso, vamos ter que continuar na disputa e, para isso, o ANDES-SN conclama todos os docentes a dar continuidade à mobilização e ampliá-la, pois é na organização da base que está a força política para fazermos esse enfrentamento.

O ano de 2013 traz à cena os desafios originados na luta do ano que passou e isto está na pauta do 32º Congresso do ANDES-SN que ocorrerá no Rio de Janeiro no início de março. Os enfrentamentos que deverão ser construídos terão que:

- responder às consequências da Lei 12.772/12, que consolida a desestruturação da carreira docente, incluindo o GT criado pelo governo;
- definir as melhores táticas para manter a luta em defesa da proposta de carreira docente do ANDES-SN levando em consideração os passos dados e as decisões do movimento grevista como, por exemplo, a contraproposta apresentada ao governo;
- assegurar efetiva negociação com o governo sobre a pauta de reivindicação da categoria;
- lutar para reverter a atual realidade de precarização das condições de trabalho nas IFE;
- fortalecer a unidade de ação com os setores da educação federal articulando com SINASEFE, FA-SUBRA e movimento estudantil a luta pelo projeto de educação pública e por condições de trabalho e estudo;
- aprimorar o processo organizativo do Sindicato Nacional para viabilizar melhores condições de participação e expressão da categoria em suas instâncias.

# Comunidade do HU diz não à privatização

Palavra Sindical

Consideramos importante o resultado porque, qualquer que fosse ele, representa o desejo e a expectativa da comunidade da UFJF diretamente ligada às atividades acadêmicas e administrativas do HU.

No caso específico desse plebiscito, os três segmentos que compõem essa mesma comunidade expressaram, de forma inequívoca, seu desejo de que a própria Universidade permaneça à frente da gestão do Hospital Universitário, rejeitando o modelo privatista - que afronta a autonomia universitária e coloca em risco a missão institucional do HU - representado pela EBSEH.

Nossa expectativa agora, inclusive diante do compromisso do professor Henrique Duque de defender no CONSU o resultado da consulta, qualquer fosse ele, é de que este Conselho honre sua tradição democrática de referendar as consultas internas da Universidade e que refletem o desejo de sua comunidade e decida pela não adesão à EBSEH.



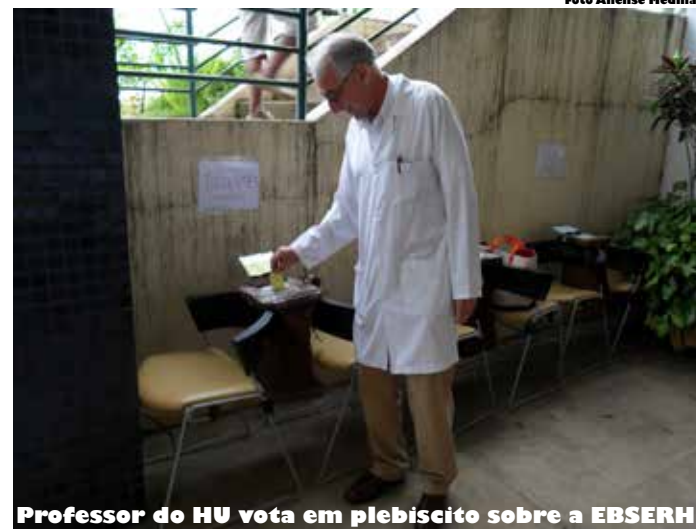
A Comunidade do Hospital Universitário da UFJF disse não à privatização da Unidade ao rejeitar em plebiscito a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A consulta pública foi uma iniciativa inédita no país.

Com 80,5% dos votos válidos, a empresa foi rejeitada. Foram registrados 756 votos contrários e 183 votos favoráveis. O resultado foi homologado pelo Conselho Diretor do UH/UFJF no dia 4 de dezembro.

O plebiscito se deu nos moldes da eleição que define o Conselho Diretor do hospital. Professores, técnicos-administrativos e estudantes que atuam na unidade participaram do processo.

Em última instância, quem decide sobre a adesão à Ebserh é o Conselho Superior (Consu). Mas, como afirma Paulo Ignácio, presidente da APESJF-SSind, espera-se que o Consu honre sua tradição democrática e acate a decisão.

Foto Anelise Medina



Professor do HU vota em plebiscito sobre a EBSEH

## Nova lei de greve deve ser discutida no 32º Congresso

Visando, principalmente, renovar o plano de lutas para 2013, o 32º Congresso do ANDES - Sindicato Nacional será realizado no início de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, contando com o apoio organizativo da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Seção Sindical.

O encontro será entre os dias 4 e 9 março com o tema central: Sindicato Nacional na luta pelo projeto de educação e de condições de trabalho.

O local foi escolhido por aclamação pelos delegados do último Congresso da entidade, realizado em janeiro de 2012, em Manaus (AM).

Para o Professor Joacir Teixeira de Melo, Tesoureiro da APESJF, o Congresso é sempre um momento importante para o sindicato já que atualiza o plano de lutas da entidade.

Ele enfatiza que os últimos movimentos reivindicatórios deverão estar na ordem dos debates.

“Especificamente para o nosso setor, que é o das federais, é um momento de se avaliar a última campanha salarial e pensar nas suas repercussões para 2013”.

Joacir informa também que as diversas formas de ataques ao ANDES-SN como o questionamento sobre sua representação e a Lei de

Greve preconizada pelo governo federal, deverão estar dentro da pauta de debates.

O congresso anual é a instância máxima deliberativa do ANDES-SN, espaço onde delegados das seções sindicais de todo o país decidem democraticamente os rumos do sindicato nacional e pontam as ações que viabilizarão tais políticas.

A expectativa é que o encontro reúna cerca de 400 delegados, além de observadores e convidados.

O secretário geral do ANDES-SN, Márcio de Oliveira, diz que um dos grandes desafios pautados para o 32º Congresso é “definir políticas

Foto Daniel Goulart



Márcio de Oliveira é Secretário Geral do ANDES-SN

e ações que permitam dar continuidade à grande mobilização construída em 2012, tanto no âmbito

federal quanto nos estados, e à articulação no conjunto dos trabalhadores”.

# Cinema e resistência cultural

Um documentário sobre o primeiro Travesti eleito para um cargo público no Brasil, no conservador sertão do nordeste, está movimentando festivais de cinema no Brasil.

A diretora e roteirista de Kátia - Documentário é professora na Universidade Federal de Juiz de Fora. A piauiense Karla Holanda dá aulas no Instituto de Artes e Design da UFJF e está empolgada com a repercussão do filme que conseguiu ser selecionado para o festival de Brasília, um dos mais concorridos e badalados do país.

Ela conta que a história de Kátia um travesti amado respeitado por sua cidade, que rompe com séculos de preconceito e conservadorismo chamou sua atenção. “Embora eu seja

do Piauí, a primeira vez em que ouvi falar em Kátia eu morava em São Paulo e foi através de jornais, internet. “Seu sobrenome me chamou a atenção. Tapety é uma das mais tradicionais famílias ligadas à política do estado”, explica em seu site.

O filme, premiado no Edital Petrobras Cultural/2010, estreou no 45o. Festival de Brasília e foi selecionado na 36a Mostra Internacional de Cinema São Paulo, além de receber os prêmios de Melhor Filme, Fotografia e Edição no VI For Rainbow.

Karla busca o próprio espaço num país dominado pelas produções americanas ou pelo cinema nacional de formato global, que gasta milhões em publicidades e sufoca a produção independente.



**Cenas do Documentário “Kátia” sobre o primeiro Travesti eleito para um cargo público no Brasil**



Fotos Divulgação

Como exemplo, ela relata que, das 2300 salas de cinema no Brasil, 700 estão exibindo o filme “De pernas para o Ar”, enquanto o filme “Som ao Redor” do premiado diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho, considerado um dos dez me-

lhores filmes do ano de 2012, está passando em apenas sete salas. A professora critica a legislação brasileira.

Enquanto em países como Argentina, França e Inglaterra, as leis protegem a produção independente daqueles países, no Brasil,

quando se fala nessas políticas a grande indústria já levanta a voz para combater qualquer ideia de democratização. Ainda assim, a produção “Kátia”, vem ganhando seu espaço e consolidando o cinema da professora/diretora.

## Filmoграфия

**1992:** Nas veias e na alma. Ficção. Direção: Eliane Terra e Karla Holanda. Suporte: Super-VHS.

**1993:** Lúcio Cardoso. Documentário. Direção: Eliane Terra e Karla Holanda. Suporte: Super-VHS.

**1994:** Pedro Nava - 100, 200, 300 anos. Documentário. . 27 minutos. Direção: Eliane Terra e Karla Holanda. Prêmios: Melhor Roteiro. II Festival de Cuiabá/1994. Melhor Documentário. II Festival de Vídeo de Teresina/1994. Suporte: Super-VHS.

**1994:** Aníbal Machado - o iniciado do vento. Documentário. Rio de Janeiro. 22 minutos. Direção: Eliane Terra e Karla Holanda. Prêmio: Melhor Documentário. Festival de Teresina/1994. Suporte: Super-VHS.

**1994:** Villaça - o nariz do morto. Documentário. 21 minutos. Rio de Janeiro. Direção: Eliane Terra e Karla Holanda. Suporte: Super-VHS.

**1995:** Rachel de Queiroz - um apêndice, uma rede, um açude.

Documentário. Prêmio: 2º. Melhor Documentário. Festival de Teresina/1995. Suporte: Super-VHS.

**1998:** Xote para Sêneca. Clipse da música de Flávio Paiva. Fortaleza. 5 minutos. Direção: Karla Holanda e Otávio Pedro. Prêmio: Projeto vencedor do I Prêmio Dragão do Mar de Cinema e Vídeo. Fortaleza/1998. Suporte: Betacam.

**1998:** Movimento Peristáltico. Vídeo-desabafo. 2 minutos. Direção: Karla Holanda. Suporte: Mini DV.

**1999:** O Antonio da Padaria (ou Padaria Espiritual). Documentário. Ator: Marcus Miranda. 15 minutos. Fortaleza. Direção: Karla Holanda. Suporte: Betacam.



**Cenas da filmagem de “Kátia”**



**2002:** Vestígio. Documentário. 15 minutos. Fortaleza. Direção: Karla Holanda. Prêmios: Projeto vencedor do II Prêmio Ceará de Cinema e Vídeo/2001. Melhor Documentário. Fest. de Santa Maria (RS)/2002. Suporte: Betacam.

**2004:** Riso das Flores. Ficção. 9 minutos. Fortaleza. Direção: Karla Holanda. Prêmio: Projeto vencedor do Prêmio Petrobras de Cinema 35mm/2003. Suporte de captação: Mini DV. Suporte de finalização: 35mm.

**2010:** O cinema é brasileiro. Documentário. São Paulo/Rio de Janeiro. Direção: Karla



Fotos Divulgação



Foto Daniel Goulart

**A cineasta Karla Holanda é professora do IAD - UFJF**

Holanda. Em finalização. Suporte: Mini DV.

**2012:** Kátia. Documentário. Piauí. 74 minutos. Direção: Karla Holanda. Prêmio:

Projeto vencedor do Edital da Petrobras Cultural/2010, na categoria Longa/Digital; Melhor Filme, Fotografia e Edição no VI For Rainbow. Suporte: HD.

# Brasil precisa valorizar a vida de seus jovens

**Maria Aparecida Cassab é Professora  
da Faculdade de Serviço Social da  
Universidade Federal de Juiz de Fora**

Sexta feira de chuva, preguiça de sair de casa, mas o programa vale enfrentar a névoa. Como parte de um festival de música a apresentação promete um tempo de deleite e emoção.

O festival tem uma característica especial ele é uma oportunidade, durante uma semana, de jovens musicistas, participantes de projetos sociais, estudarem com outros músicos já experientes. O programa de abertura é com a Academia Juvenil da Petrobras, resultado do festival de 2012.

Apresentam-se os músicos. Entram em torno de 20 jovens, rapazes e moças, com seus instrumentos; violinos, violoncelos, violas; todos talvez entre 14 e 20 anos, não mais do que isso. Alguns são negros, mas a grande maioria é de brancos. Tocam regidos por um músico, também muito jovem, que leva junto a Orquestra Petrobras Sinfônica o projeto da Academia Juvenil. Em sua fala inicial o regente apresenta o grupo, fala das favelas onde moram e com amoroso rigor do trabalho que desenvolvem no projeto, das longas horas de estudo, da preparação de seus professores. Informa que a apresentação era para nosso deleite, mas também para eles uma avaliação do trabalho que fizeram ao longo do ano.

A música começa e os jovens concentrados oferecem um espetáculo de grande qualidade. Há um momento em que em um solo de violoncelo, feito por um rapaz de não mais de 15 anos, o professor acompanha o ritmo com a cabeça e sorri todo tempo com aprovação. Não sei como o menino da favela Nova Holanda foi encontrado e tomado pela música, através dela encontrou a oportunidade de um lugar de respeito, realização e proteção.

Não pude deixar de pensar que no mesmo dia os jornais mostraram na avenida movimentada, onde a favela Nova Holanda está localizada, o corpo de um menino de dez anos, atropelado em sua última viagem desatinada entre os carros em velocidade, fugindo de uma abordagem a usuários de crack. Se aquele foi encontrado pela música, esse foi pela morte, circunstancia trágica e prematura, mas que a cada dia se torna mais corrente entre os meninos do país. Sua tia que aparece no jornal é negra.

O estudo “Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil”, recém publicado, denuncia a extensão da tragédia social que representa a morte de jovens no Brasil nos últimos tempos. Ele indica que os óbitos por assassinato entre os jovens negros no país têm uma incidência maior que o dobro do que entre os jovens brancos. Em 2010, o índice de mortes violentas de jovens negros foi de 72, para cada 100 mil habitantes para os jovens brancos foi de 28,3 por 100 mil habitantes. Ao se comparar o ano de 2002, observa-se que o homicídio de jovens brancos era 40,6 por 100 mil habitantes, portanto em queda, enquanto que para os negros ele subiu, pois era em 2002 de 69,6 por 100 mil habitantes.

Sem destacar a variável racial o estudo mostra que em 2010, foram 8.686 homicídios contra crianças e adolescentes, representando um crescimento de 375,9% em relação aos números de 1980. O pico do aumento do número de homicídios se deu na década de 1990, com um aumento de 62%. A partir do ano 2000 o ritmo torna-se mais lento, porém segue sua marcha aumentando a cada ano. O estudo aponta que entre 2001 e 2010, mais de 84 mil crianças e adolescentes foram mortas, um aumento de 6,8%.

Esses dados indicam algumas conclusões claramente. No momento da grande crise dos anos 1990, marcada pelo desemprego estrutural e pelo desmantelamento da já frágil rede de políticas sociais do Estado brasileiro, que desenharam um estado irresponsável frente a questão social os jovens foram um dos segmentos mais atingidos. Seja porque eram os que acumulavam os maiores índices de desemprego, seja porque se tornaram o grupo etário com as maiores taxas de vítimas de homicídios.

Outra indicação importante é que se fala da experiência de uma geração, mas que essa experiência é vivida diferentemente por jovens entre os vários segmentos sociais, por homens e mulheres, por brancos e negros mesmo quando compartilham a mesma origem de classe. Os dados são claros, a vida dos jovens negros é muito mais arriscada do que a dos brancos. Não é aleatório que no grupo de músicos haja mais jovens brancos do que negros.

Nos anos 1990 algumas iniciativas de políticas dirigidas a jovens, de caráter pontual e fragmentado, começam a existir, muito mais dirigidas ao controle dos jovens em sua circulação pelas cidades, do que orientadas aos graves dilemas que atravessavam. Sua tônica era de ocupação do tempo livre, associadas a uma forte repressão policial e das instituições escolares. Essa orientação era justificada pela demonização dos jovens como violentos, consumistas e sem projetos de vida.

Os números mostram, na verdade, o abandono que sofreram e ainda sofrem no Brasil hoje. Ainda que tenha havido algum avanço em relação a crueldade dos anos 1990 está longe o tempo que a pátria mãe gentil deixe de ser uma terrível madrasta. Apenas a construção de um sistema articulado de políticas, cuja formulação considere as diversidades de classe, raciais e de gênero que atravessam as experiências de vida dos jovens na contemporaneidade, pode começar a resgatar as imensas dívidas sociais em relação aos jovens.

Assim, as políticas podem significar a criação de oportunidades reais se consideram uma pauta que tem como centro os jovens. Ela começa por uma escolarização formadora e de caráter de politecnia e não apenas um treinamento instrumental para o trabalho. Passa por acessos a cultura, circulação pelas cidades, controle da violência policial, experiências de ação política coletiva, ações de saúde e valorização da vida, enfim matéria de onde podem tirar elementos para a construção de perspectivas e de projetos de vida.

O Estado brasileiro precisa se responsabilizar por seus jovens, precisa, todos os dias, oportunizar o encontro com o melhor em seus destinos.

